

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.374.078 - PE (2013/0072832-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : OLÍMPIO MAURÍCIO DE FREITAS NETO E OUTRO  
**ADVOGADO** : ANA PAULA BORGES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PE016975  
**RECORRIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E OUTRO  
**ADVOGADOS** : PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS E OUTRO(S) - PE000795B  
BRUNO PAES BARRETO LIMA - PE022093

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por OLÍMPIO MAURÍCIO DE FREITAS NETO e OUTRO contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª Região).

Cuidam os autos, na origem, de *"ação declaratória de direito de prescrição da dívida cumulada com nulidade de leilão com pedido de antecipação de tutela"* proposta por OLÍMPIO MAURÍCIO DE FREITAS NETO contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e EMGEA- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS.

O il. Magistrado julgou improcedente o pedido (sentença às fls. 303/307).

Diante disso, OLÍMPIO MAURÍCIO DE FREITAS NETO interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TRF 5ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado:

*"ADMINISTRATIVO. CEF. SFH. APELAÇÃO. REGULARIDADE NO PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO-LEI N. 70/66. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.*

*1. A sentença recorrida julgou improcedente o pedido deduzido na inicial.*

*2. O demandante alega a nulidade do leilão e fazer jus à quitação pela prescrição da dívida; que o prazo prescricional seria de 5 anos, a contar da prestação inadimplida, concluindo que todas as parcelas vencidas há mais de 5 anos a contar da citação, estariam prescritas; que, em caso de não acatamento da alegativa de prescrição da dívida, alternativamente requer a nulidade da execução extrajudicial em razão da inobservância aos requisitos do Decreto-lei nº 70/66; a não ocorrência de notificação pessoal do demandante; o incorreto aumento das prestações, sem observância ao PES/CP.*

*3. O STF já reconheceu a constitucionalidade do Decreto-lei nº. 70/66. (Precedente: AgRg no Ag 962880/SC, Quarta Turma, Rel.*

*Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 22.09.2008)*

*4. O prazo prescricional aplicável ao presente caso é o de 5 anos, a contar da ultimação do prazo normal do financiamento do imóvel, desta feita, ficam mantidos os termos da sentença recorrida que não constatou o decurso do prazo prescricional.*

*5. O recorrente, sob a alegativa de ser adquirente de "contrato de gaveta", requer a revisão do contrato na parte referente ao reajuste das prestações, alegando a inobservância ao PES/CP.*

*6. Ocorre que, na própria petição inicial, o demandante, ora recorrente, afirma expressamente não ter interesse na revisão do contrato de financiamento, assumindo o contrato de financiamento nos termos avençados no contrato originário, desta feita, tal alegativa mostra-se insubsistente.*

*7. Apelação improvida." (fls. 363/364)*

Inconformado, OLÍMPIO MAURÍCIO DE FREITAS NETO manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 206, § 5º, inciso I, do CC/02; dos arts. 30, 31, §§ 1º e 2º, 32 e 34 do Decreto-Lei n.º 70/66.

Contrarrazões às fls. 408/418.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que requer trânsito, sustenta o recorrente a violação do art. 206, §5º, inciso I, do CC/02, ao argumento de que a prescrição da dívida, relativa ao mútuo vinculado ao Sistema Financeiro Habitacional, sujeita-se ao prazo prescricional de 5 anos. O recurso, contudo, não merece acolhimento. Isso porque o eg. TRF 5ª Região aplicou referido prazo e concluiu pela inexistência de prescrição da dívida, especialmente porque o vencimento antecipado não altera o termo inicial da prescrição. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão objurgado (fl. 361):

*"4. No que concerne à alegação de prescrição, não há como acolher a tese da parte demandante, vez que se trata de interpretação que contraria a doutrina processual e favorece o devedor inadimplente, pois este teria a dívida reduzida em caso de morosidade da entidade credora na cobrança do respectivo crédito, e no curso do contrato de financiamento.*

*5. Desta feita, prevalece a interpretação dada pela sentença recorrida, conforme o disposto nos seguintes excertos (fl. 311):*

*'O outro argumento invocado pelo demandante consistiu na prescrição da dívida. Deve ser destacado que, como já afirmei, o mutuário ficou inadimplente em setembro de*

*1997. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF ajuizou a Medida Cautelar de Protesto nº 0004295-31.2003.4.05.8300, com o objetivo de interromper o prazo prescricional. Em dezembro de 2007, conforme o relatório de fl. 193, ocorreu a autuação do Procedimento de Execução Extrajudicial.*

*De qualquer forma, em virtude da natureza do contrato de mútuo, o prazo prescricional, ainda que de 5 (cinco) anos, e não, de 20 (vinte) anos, por aplicação, à espécie, do Código Civil de 2002, diante do curto período transcorrido entre o início da inadimplência e a vigência daquele Código, somente começa a partir do termo final do contrato no caso, em 29 de março de 2013, data de vencimento da dívida última das 240 (duzentos e quarenta) prestações.*

*Prevaleceu, no Colendo Superior Tribunal de Justiça, conforme arestos transcritos na contestação, o entendimento, ao qual me filio, de que o vencimento antecipado decorrente da inadimplência não provoca a antecipação do início do prazo de prescrição do direito de cobrar a dívida, razão pela qual a mesma não foi extinta, inviabilizando a pretendida baixa na hipoteca.'*

Com efeito, a conclusão do v. acórdão está em consonância com o entendimento deste Sodalício, segundo o qual " (...) mesmo diante do vencimento antecipado da dívida, subsiste inalterado o termo inicial do prazo de prescrição - no caso, o dia do vencimento da última parcela." (AgRg nos EDcl no AREsp 522.138/SP, Rel. Ministro **Luis Felipe Salomão**, Quarta Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 01/02/2016).

No caso em apreço, contudo, a partir da leitura minudente das razões recursais, verifica-se que o recorrente não impugnou esse fundamento, limitando-se a invocar pela aplicação do prazo quinquenal previsto no art. 206, §5º, inciso I, do CC/02. Nesse cenário, havendo fundamento autônomo e suficiente, por si só, para manter o v. acórdão estadual, o apelo nobre encontra óbice na Súmula n. 283/STF, aplicada por analogia. Nessa mesma linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

**"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL E JUNTADA DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE**

*REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM O INTUITO DE ESCLARECER QUESTÕES ATINENTES ÀS AMORTIZAÇÕES REALIZADAS. REEXAME FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. FUNDAMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF.*

(...)

*2. É inadmissível o recurso especial que não impugna os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes, por si só, à manutenção da conclusão a que chegou o Tribunal de origem (Súmula n. 283/STF).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 451.336/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 08/06/2017 - grifou-se)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM" RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.*

(...)

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1035112/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 12/05/2017 - grifou-se)

Ademais, sustenta o recorrente a violação dos arts. 30, 31, §§ 1º e 2º, 32 e 34 do Decreto-Lei n.º 70/66, ao argumento de que a execução extrajudicial padeceria das seguintes nulidades: (i) o agente financeiro não foi escolhido em comum acordo entre as partes; (ii) não houve o envio de duas cartas de cobrança; (iii) ausência de notificação extrajudicial; (iv) ausência de notificação prévia quanto à realização das praças; e (iv) inobservância dos prazos previstos no referido decreto.

O eg. TRF 5ª Região, por sua vez, concluiu que "(...) o MM. Juiz do 1º Grau de Jurisdição já constatou a regularidade na execução extrajudicial objeto destes autos, uma vez que observados os requisitos legais previstos no Decreto-lei nº 70/66"

(fl. 360).

Dessa forma, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à regularidade da execução extrajudicial, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator